

Sarney prepara nova base política

Arquivo — 28/6/87

Villas-Bôas Corrêa

BRASÍLIA — Vencer o desafio dos radicais do PMDB na convenção nacional do fim de semana para contornar os inconvenientes de um confronto que encerra os seus riscos; conseguir a aprovação de um substitutivo ao anteprojeto de Constituição que atenda aos interesses do governo e às expectativas do país e colher os resultados do plano Bresser Pereira, cujos acertos já se antecipam com toda a nitidez, são os três objetivos do presidente José Sarney, encaixados na estratégia que pretende assegurar o processo de transição democrática.

Sarney descarta as maliciosas insinuações que identificam uma carga de ambição nos projetos modestos do governo, reformulados depois da grande desilusão do Cruzado. Não aspira a um mandato de cinco anos para enfeitar a biografia, mas por uma estrita necessidade política: é impossível realizar eleições presidenciais diretas em 88. O país não suportaria, na fragilidade de estruturas que não estão montadas, o choque de uma campanha conduzida pela oposição extremada e desestabilizadora.

Nova estrela — Os cabelos estão mais ralos e grisalhos, como sinal ostensivo dos desgastes e tensões de um governo que começou por acaso, pelas artes do imprevisto, e vem atravessando intervalos de bonança, com mergulhos nas funduras de crises, greves, impopularidade, rebeldia política, insubordinação de uma sociedade reivindicante, incompreensões que marcam a alma.

Quando observa a impaciência de uma parte do PMDB, inconformado com a virada popular depois da euforia que inflacionou as urnas de 86 com os votos que transformaram o PMDB na maior legenda da história do país, Sarney não consegue disfarçar a nota de ressentida melancolia.

O ânimo se retempera com as esperanças renascidas com a arrumação na economia antevisada nos primeiros índices alcançados com a aplicação do Plano Bresser. Um plano que teve que superar generalizadas desconfianças, a começar pelo próprio presidente.

No intrigante enredo do malogro do Cruzado embute-se um dado que explica as redobradas cautelas do presidente Sarney nas avaliações do plano Bresser Pereira: a partir do sucesso do congelamento, o envolvimento emocional amorteceu a vigilância presidencial. O ministro Dilson Funaro começou a ser visto como um mágico a extrair da cartola índices crescentes e recordistas de popularidade. Todos se deixaram enganar na grande ilusão nacional. Hoje, embora teimando em resgatar os êxitos do Cruzado, como a distribuição de renda, o aumento real dos salários, Sarney contém expansões de entusiasmo com a ressalva cuidadosa:

— Não caio em outra. Estou acompanhando a economia com toda a atenção.

É evidente que Sarney recuperou a tranquilidade e está reconquistando a autoconfiança. Afinal, o governo desaba na espiral de uma crise descontrolada. Em um mês, o quadro mudou a ponto do presidente redescobrir condições para enfrentar de peito aberto a rebeldia que lavra no PMDB.

Trunfos — Os êxitos do Plano Bresser são os trunfos de Sarney para jogar na convenção nesta semana decisiva. Se o governo não examinar a sugestão demagógica de anunciar os novos níveis do salário mínimo, às vésperas da convenção, antecipará os dados que registram a recuperação dos caos. Para julho, Sarney confia numa inflação abaixo de 3%. A recessão é um espantalho que vai sendo desmontado com o aquecimento das vendas no comércio e na indústria. É cedo para soltar foguetes. Mas não para revigorar o ânimo do presidente e soprar a brasa de esperanças:

— Vamos chegar lá de novo. Devagar, com muito cuidado. Agora não se poderia esperar a adesão entusiasmada do povo. Pouco a pouco, os resultados reconquistarão a confiança.

O plano Bresser Pereira, que Sarney aprovou porque não tinha alternativa, em um mês firmou-se como uma das escoras do governo. O presidente aderiu, agarrou-se à tábua que passou à frente nas águas do naufrágio. Não abre mão dela. Bresser Pereira é um ministro forte, poderoso, que conquistou o seu espaço com um discurso politicamente desastrado, mas de transparente sinceridade, com a sua fala de professor sem ênfase e nem carisma, o anti-Funaro, mas que sabe onde pisa e que se está cercado de uma equipe cuja competência deslumbra um presidente que se considerava solitário, sem saber para onde apelar.

Se PMDB e PFL quisessem, o presidente aceitaria só três anos de mandato

No embalo suave das primeiras recuperações do Plano Bresser, Sarney enxerga ao longe a possibilidade de uma renegociação da dívida externa, nas próximas rodadas a serem iniciadas pelo ministro da Fazenda, num resultado final que atenda ao objetivo do país não gastar mais de 2,5% do seu PIB com os serviços da dívida externa.

A discreta recuperação de uma economia que enlouquecera devolveu ao presidente Sarney ânimo e condições para repensar os esquemas políticos, a curto, médio e longo prazo. Pelo menos a curto e médio prazo.

Até 3 anos — O Presidente José Sarney recorda os atropelos políticos suportados na voregem da crise econômica, quando o governo se desmanchava na decepção popular. A indefinição do seu mandato ascendeu a um dado desestabilizante, interna e externamente.

A renegociação externa paralisava-se na fluidez de um governo que ninguém sabia quando terminava. Sarney convocou a um jantar no Palácio da Alvorada o deputado Ulysses Guimarães e o ministro Aureliano Chaves e instou para que o PMDB e o PFL definissem de uma vez por todas a duração do seu mandato, sem insinuar preferência por quatro, cinco ou seis anos.

Hoje, recuperando a conversa, o presidente coloca duas afirmações: 1) não pediu a ninguém, a dirigente partidário, parlamentar ou a quem quer que seja, apoiou a mandato de cinco anos; e 2)



Nos cabelos grisalhos de Sarney, o reflexo das tensões do governo

aceitaria qualquer mandato definido sob a responsabilidade da Aliança Democrática. Completa:

— Até três anos de mandato. Se o PMDB e o PFL quisessem, realizaria eleições depois da Constituinte.

Mas, então, como se explica a mudança da obstinação pelos cinco anos? A explicação é longa, com as suas voltas e rodeios. Diante das negações do PMDB e do PFL, o presidente assumiu a responsabilidade de definir o mandato, ficando com os cinco anos. Nem com os seis da Constituição enxertada pelo autoritarismo e nem os quatro da impaciência das ambições afoitas.

Cinco anos é o prazo para costurar o desfecho da transição democrática, o compromisso maior do seu governo, sua meta política.

Eleições presidenciais diretas em 89, antes da consolidação da estrutura que vai sendo montada penosamente, encerram uma imensa margem de risco. A campanha poderia desencaminhar-se pelas veredas do radicalismo, da violência, da agitação incontrolável, arriscando-se a transição que está custando um alto preço ao país. O governo necessita de prazo para recuperar a economia, só agora emergindo de uma crise de extrema gravidade.

Constituinte — Sarney conserva, ampliada, a visão pessimista sobre a Constituinte. O anteprojeto da Comissão de Sistematização parece que lhe deu razão. Com a alma recauchutada, o presidente se apresta para os novos desafios, na Constituinte e na convenção do PMDB. E que, afinal, se interligam.

Para a Constituinte, a rejeição unânime do projeto do relator, deputado Bernardo Cabral, acabou facilitando ao trânsito de um inevitável substitutivo, a ser articulado pelas forças majoritárias, entendidas e solidárias com o governo.

É por aí que o presidente antevê a saída de emergência. A Constituinte está se ressentindo da falta de um anteprojeto coerente e articulado, a servir de base para a negociação com a sociedade e com as minorias.

O PMDB não quis ou não pôde apresentar o anteprojeto respaldado pela legenda amplamente majoritária, e o governo ficou emparedado, paralisado pela herança que lhe caiu em cima, no tranco da surpresa. A comissão anunciada pelo presidente Tancredo Neves constituía-se num compromisso que Sarney honrou. Mas a comissão presidida pelo senador Afonso Arinos produziu um anteprojeto que o governo não pôde assumir. Não era o projeto do governo, não era a sugestão do presidente José Sarney. A alternativa foi publicar o texto no *Diário Oficial*, com o governo cruzando os braços, cada vez mais acuado pela rebelião do PMDB, a exigir a autonomia da Constituinte e repelindo qualquer intromissão do Executivo.

Sarney pondera que ficou espremido, renunciando a uma articulação conciliatória que é da índole da presidência da República. A Constituinte bloqueou os caminhos para a arbitragem superior e desempatadora do presidente.

A improvisação de um anteprojeto a partir de coisa nenhuma, de reivindicações tumultuárias da sociedade mobilizada, deu nisso que está aí. E vai se forjando o consenso de que é preciso salvar a Constituinte através de um entendimento amplo. O substitutivo impõe-se como uma exigência nacional. O governo está se mobilizando para atuar no sentido da necessidade nacional.

Confronto — Sarney não tem dúvida de que a convocação da convenção do PMDB desde o início assinala uma inspiração de contestação ao

presidente. Ela se viabilizou com o apoio dos setores radicais do partido, inflou com a sua marca de uma manobra para a desestabilização política do governo.

As vésperas da sua instalação, Sarney é, contraditoriamente, indecisão e determinação.

Apesar dos dados tranquilizadores, Sarney desconfia da possibilidade de um resultado adverso. Afinal, muitos dos convencionais estão com mandatos prorrogados, desobrigados da obediência aos governadores. Talvez possam ser seduzidos pela volúpia da rebeldia nas comodidades dissimuladas do voto secreto.

Mas, colhido por um improvável rompimento imposto pela maioria circunstancial da convenção, ao presidente não restará outra alternativa do que o troco, no confronto áspero, na dura retaliação.

Se o PMDB contestar uma decisão do presidente pelo mandato de cinco anos e decidir por quatro anos, é evidente a Sarney que se caracterizará um rompimento do partido com o governo. E que não pode deixar de ter consequências graves e imediatas, sob pena de o governo desmoralizar-se.

Para recuperar o terreno perdido e restabelecer as bases de sustentação política e parlamentar, Sarney partirá para a iniciativa, para a ofensiva de refazer um acordo político, juntando todas as forças que se dispõem a apoiar-lo: do pedaço fiel do PMDB, estimado em cerca de 60%, ao PFL quase integral e mais o PTB e pequenas legendas.

Na oposição declarada e assumida ao governo se agrupariam cerca de 40% do PMDB e mais o

Ronaldo Caiado, da UDR, é a maior novidade da política, para Sarney

radicalismo brizolista do PDT e, claro, o PT de Lula.

Este é o programa para a pior hipótese. A esta altura improvável mas nunca descartável. Se o PMDB desviar-se para os descaminhos da contestação ao presidente, encontrará Sarney pronto para o revide. Revendo os esquemas de governo, passando por demissões e nomeações. A receita é completa para uma resposta fulminante.

Militares e UDR — Na contabilidade do otimismo presidencial, uma parcela registra o comportamento considerado como exemplar das Forças Armadas.

O presidente, que está emergindo de meses de sufoco, encontra vagares num expediente extenuante para retomar o saudável hábito das caminhadas nos amplos jardins do Palácio da Alvorada. Um bom remédio para acalmar nervos esticados e perder o excesso de alguns quilos acumulados nas angústias da crise e na recaída no sedentarismo dos gabinetes.

E também a disponibilidade para a análise política. O presidente impressionou-se com a demonstração de força da UDR na manifestação do último domingo, em Brasília. Com a capacidade de mobilização e organização do líder dos proprietários rurais, Ronaldo Caiado. No quadro político do país é, para Sarney, a última e grande novidade. Embora muito verde para se antecipar até onde pode chegar.